INEDITISMO
Juiz implanta projeto de vanguarda em MS
páginas 4 e 5

ENTREVISTA
Des. Athayde Nery de Freitas
páginas 8 e 9

FESTIVIDADES
Jantar de gala e almoço unem associados
página 7

Jornal
AMAMSUL

Jornal Informativo da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul - Janeiro de 2012

Um ano da administração 2011/2012

A atual diretoria da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul completa um ano contabilizando vitórias. O assunto foi amplamente discutido pelos associados durante uma assembleia geral, realizada no dia 2 de dezembro de 2011.

O destaque ficou para a retomada da participação dos associados que verdadeiramente decidiram o caminho que a associação deve seguir no ano de 2012.

Na assembleia geral foram discutidos também assuntos de interesse da categoria entre valores pagos aos pensionistas, esclarecimentos sobre o "custo Amamsul", explicações detalhadas sobre as contas mensais, subsídio, auxílio-moradia, assessoria para juízes do interior, DAHME, entre outros.

leia mais na pág. 3

Plantão por região

Em um ato de reconhecimento e valorização dos magistrados e a pedido da atual diretoria da AMAMSUL, a administração do TJMS atendeu um dos reclamos mais antigos dos juízes de primeira e segunda entrância: o plantão por região.

Assim, o Conselho Superior da Magistratura, por meio do Provimento nº 250/11, publicado no DJ nº 2552, alterou o Provimento nº 135/07 que estabelecia a forma de plantão dos magistrados.

Pela sistemática anterior, os juízes que atuam em comarca com vara única estavam obrigatoriamente de plantão em todos os finais de semana do ano, prejudicando sua vida pessoal.

Na atual regulamentação, foram beneficiados todos os juízes que atuam no interior, visto que o plantão será por região do Estado, com escala e divulgação prévia. Dessa forma, os magistrados terão algum descanso e a população não será prejudicada, já que sempre haverá juiz nas proximidades para atender casos urgentes.

Auxílio-alimentação

Conforme pedido da AMAMSUL (de julho de 2011), o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da Resolução nº 58/12, regulamentou o pagamento do auxílio-alimentação aos magistrados.

Em junho de 2011, a Resolução nº 133/11 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já afirmara que a referida verba indenizatória é devida aos magistrados, independentemente do subsídio.

O auxílio já era pago a Procuradores da República e, após a Resolução do CNJ, passou a ser pago a vários Tribunais Regionais Federais, Procuradorias de Justiça e pelo menos 14 tribunais estaduais (até novembro de 2011).

Em Mato Grosso do Sul, após pedido da associação, encaminhou-se projeto de lei para a Assembleia Legislativa, que o aprovou e o instituiu pela Lei Estadual nº 4.137/11. Mais que justiça, o pagamento da referida verba tornou-se um alento aos magistrados que estão sem a reposição inflacionária dos salários há cinco anos.

PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2011 para a magistratura sul-mato-grossense foi muito produtivo. Primeiro, porque o trabalho foi reconhecido nacionalmente quando o relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apontou que os integrantes da magistratura de MS ocupam o 2º lugar em produtividade e isso equivale a dizer que Mato Grosso do Sul destacou-se pelos ótimos índices obtidos tanto em 1º quanto em 2º graus.

Segundo, porque a AMAMSUL voltou a ser forte e participativa diante do cenário nacional. Ela não é uma simples prestadora de favores, mas efetivamente busca melhorias para o associado seja em relação as condições de trabalho seja no aspecto pessoal. Esse talvez seja o grande marco em 2011.

O mérito desse crescimento é de todos que, de uma forma ou de outra, expressaram seu apoio nas ações desenvolvidas ao longo do ano que se passou, e também da base construída pelas administrações anteriores. E não foram poucas as vezes em que os associados assumiram seus papéis nesse difícil caminho associativo. Repita-se: a associação não presta favores, mas sim serviços.

A AMAMSUL interveio de forma direta, por meio de reuniões, peticionamento e recursos. Formulou inúmeros requerimentos e vários já se tranformaram em vitórias.

Em uma contagem rápida, no Conselho Superior da Magistraura a AMAMSUL atuou em 15 procedimentos que tratavam de interesses individuais de associados. Teve atuação também na Corregedoria de Justiça e no CNJ. Foram ajuizadas cinco ações em defesa da classe. Em Brasília, só nos primeiros 11 meses da administração, em 16 ocasiões, os representantes da AMAMSUL estiveram presentes para defender os interesses de todos.

Lutas estão ainda estão sendo travadas de maneira árdua como a busca do restabelecimento da pensão integral para pensionistas, o auxílio-moradia e a implementação de assessores para os juízes de primeira e segunda entrância.

Agora, findo o primeiro ano da administração do biênio 2011/2012, é chegada a hora de contabilizar as vitórias e as derrotas. Novas metas estão se estabelecendo.

Não há como negar que muito se fez, contudo novas bandeiras se perfilam para ser defendidas. Somos muitos em busca do bem comum, da melhoria de condições de trabalho, do crescimento associativo. Não nos amedrontaremos diante das dificuldades e dos obstáculos. Pelo contrário, são eles que nos tornam mais fortes.

Mato Grosso do Sul continua em posição de vanguarda, não se pode contestar. A qualidade dos que aqui já judicaram e dos que hoje judicam deve ser ressaltada. O destaque está, tanto na 1ª quanto na 2ª entrância, no total empenho dos membros da magistratura na distribuição de uma justiça célere e de qualidade incontestável.

Precisamos demonstrar à sociedade que busca a justiça que um juiz não tem privilégios: tem garantias! A essência do magistrado é sua independência. Não há como se pensar em um judiciário forte se ele estiver submisso a outro poder.

Ciente da atual realidade, esta administração da AMAMSUL abre suas portas para um balanço geral e compromete-se a trabalhar ainda mais em 2012. Não haverá portas fechadas que impedirão a atuação da entidade. Não nos amedrontaremos nem desistiremos perante os novos desafios.

Reafirmo aqui o compromisso desta diretoria em buscar sempre o melhor para os associados. Vale lembrar Paulo Leminski, que afirmava que "Poesia não se faz com palavrinhas, mas com palavrões". Levantemo-nos, pois, magistratura sul-mato-grossense. Mostremos nosso valor.

Presidente
Olivar Augusto Roberti Coneglian
1º vice-presidente
Wilson Leite Corrêa
2º vice-presidente
Waldir Marques
Secretária -Geral
Elizabete Anache
Secretário-Adjunto
Fernando Chemin Cury
Tesoureiro
Fernando Paes de Campos
Segundo-Tesoureiro
Roberto Ferreira Filho
Diretor de Interior
Luiz Felipe Medeiros Vieira
Diretor DAMEH
Des. Alécio Tamiozzo
Secretário-Geral DAMEH
Aluízio Pereira dos Santos
Diretor de Esportes
Jackson Aquino de Araújo
Diretor-Adjunto de Esportes
Sideni Soncini Pimentel
Diretor Social
Darion Leão Lino
Diretor de Prerrogativas
Juliano Rodrigues Valentim
Diretor de Inativos
Des. Nildo de Carvalho
Conselho Deliberativo
Des. José Augusto de Souza (presidente), Gabriela Muller Junqueira, Mauro Nering Karloh, Plácido de Souza Neto e Renato Antônio de Liberali.
Suplência: Fernando Moreira Freitas da Silva, Katy Braun do Prado e Paulo Henrique Pereira.

EXPEDIENTE

O Jornal AMAMSUL é uma publicação da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul.

End.: Rua 25 de Dezembro, 37 - Jd. dos Estados

Campo Grande (MS) - CEP 79002-061

Tel. (67) 3312-6300

www.amamsul.com.br

e-mail: imprensa@amamsul.com.br

Edição e textos: Marília Capellini

Programação Visual: Leo Alves Maroni Dias

Presidência: Olivar Augusto Roberti Coneglian

Biênio 2011/2012

Associados decidem os rumos da AMAMSUL para 2012 em assembleia geral

Antes de estabelecer novos desafios para este ano, a diretoria do biênio 2011/2012 prestou alguns esclarecimentos aos associados e procurou ouvi-los com a intenção de saber o que realmente aflige cada um. Assim, na assembleia geral realizada no dia 2 de dezembro, foi perceptível a retomada da participação dos associados.

Foram debatidos e esclarecidos vários pontos, dentre os quais mencionam-se: valores pagos a menor aos pensionistas; detalhamentos sobre as contas mensais da associação; subsídio; auxílio-moradia; venda de 10 dias de férias e indenização de férias não usufruídas; assessoria para juízes do interior; regularização de terrenos da sede de campo; DAHME; inclusão de nova categoria de associados; regulamento uno para utilização das sedes campestres, criação de comenda para pessoas que prestaram relevantes serviços aos associados.

Todos os assuntos foram aprovados de forma tranquila, porém a maior discussão dos presentes girou em torno de uma preocupação, que é também uma reivindicação antiga dos associados: a falta de assessor para juízes que atuam em comarcas do interior. Mato Grosso do Sul tem atualmente 54 comarcas, das quais 53 são no interior.

Uma das argumentações para ressaltar a necessidade de ter este profissional é que, com a implantação de assessoria qualificada, haverá um incremento significativo da produtividade desses juízes.

Em uma análise rápida da assembleia é possível afirmar que dois assuntos foram discutidos à exaustão: a inclusão da categoria de sócio sucessor e a falta de assessores para comarcas do interior.

Membros da diretoria prestam esclarecimentos aos associados durante assembleia geral

Sócio sucessor

Esta nova categoria foi criada diante da preocupação com a família de cada associado, mesmo após o falecimento.

Assim, o associado sucessor é aquele que opta em permanecer vinculado à associação para fim específico do seguro ou plano de saúde (exceto para o DAMEH, que possui regulamento próprio) existente quando do falecimento do associado fundador, efetivo ou pensionista. Isso significa que, mesmo com o falecimento, a família continua assistida pelo plano de saúde.

Antes a família que tinha o plano de saúde vinculado a AMAMSUL, no dia seguinte ao óbito, ficava sem nenhuma assistência por não pertencer mais aos quadros sociais.

Assessor para juiz

A maior preocupação dos juízes que atuam nas comarcas do interior é a falta de assessores para imprimir mais celeridade na prestação jurisdicional. Essa é uma das pautas prioritárias da associação.

A queixa se justifica porque, nas cidades do interior, órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública, cuja demanda de trabalho é infinitamente menor, são supridos por pessoal na função de assessor.

Na assembleia geral os juízes deixaram claro que sentem-se envergonhados como instituição, como membros de um poder constituído para defender a população, por não poderem atender a contento a sociedade que busca uma solução para seus problemas.

Ações e projeto inédito no Brasil aproximam justiça da comunidade

Thiago Tanaka quer mais que atuar pela comunidade, ele deseja atingir toda a sociedade indígena com projeto inovador

Juiz Thiago Tanaka, promotor Ricardo Rotunno e liderança indígena trabalham juntos

Nascido em Londrina, uma das mais importantes cidades paranaenses, o juiz Thiago Nagasawa Tanaka ingressou na magistratura em agosto de 2001. Filho de magistrado, ele confessa que nunca desejou ter outra profissão que não fosse a de juiz. Atuando há oito anos em Amambai, distante 350 km de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, Thiago não se destaca apenas pela simpatia e seriedade na judicatura. Suas ações mostram que um juiz comprometido com a causa de distribuir justiça pode gerar ótimos frutos para a sociedade. Ao Jornal AMAMSUL, ele contou porque escolheu MS para viver, o que valoriza, seus projetos e anseios. Veja a íntegra da entrevista:

Por que escolher a magistratura como profissão?

TANAKA - Lembro como se fosse hoje as visitas ao Fórum na pequena cidade de Campo Largo (PR), próximo a Curitiba, local onde meu pai judicava. Com frequência, estava eu lá, perambulando pelos corredores do Fórum, com apenas oito anos, sem saber ao certo o que meu pai fazia. Como se não bastasse o orgulho de ver a atuação de meu pai, nasceu a vontade de seguir o mesmo caminho. Já na faculdade, não conseguia me enxergar em outra profissão que não fosse a magistratura. Era um sonho. Após concluir o curso de Direito em Londrina, residi na capital paranaense e atuei como assessor jurídico do extinto Tribunal de Alçada. Lá fiz grandes amigos, alguns deles hoje magistrados também em MS. Para mim, a magistratura está no sangue.

Por que a escolha de MS para atuar?

TANAKA - Ainda em Curitiba (PR), conheci o amigo Alexandre Ito, que também era assessor jurídico no Tribunal. A convite dele, fiz concurso em MS e, a partir de então, empreendi todos os meus esforços para ser aprovado e aqui me estabelecer. Estado grandioso, de população querida, simpática e acolhedora.

Desde que chegou a Amambai o sr. se destaca por não ser um "juiz de gabinete". Essa característica de trabalho lhe rendeu críticas?

TANAKA - Sempre pensei que a atividade do juiz não pode se limitar a atuação exclusiva dentro do gabinete. O juiz tem de ser dinâmico, conhecer a realidade do local onde exerce a judicatura. Não pode ter uma visão distorcida da realidade que lhe chega pelo processo e deve estar atento aos acontecimentos sociais da Comarca. Amambai e Coronel Sapucaia são cidades localizadas na fronteira e possuem suas peculiaridades, todavia não há apenas aspectos negativos na fronteira. São cidades compostas por pessoas de bem, que clamam pela atuação firme, não só do Ministério Público, mas também do Poder Judiciário. Talvez pelo fato de eu ter um posicionamento um pouco mais rigoroso quanto à aplicação do direito penal, alguns nos criticam. As críticas são necessárias para nos engrandecer. A erros todos nós estamos sujeitos e os cometemos, mas não podemos ter medo de errar, desde que todos os nossos esforços sejam empregados para o bem da coletividade.

Por suas ações é perceptível que deseja fazer mais pela sociedade. Quais são seus planos ou metas ?

TANAKA - Há um grande número de atos infracionais praticados por jovens em Amambai e Coronel Sapucaia. As medidas socioeducativas tradicionalmente aplicadas tem se mostrado ineficientes na recuperação dos adolescentes, principalmente quando são jovens indígenas. A FUNAI não os acompanha. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) não atuam no interior das aldeias. Dificilmente o Conselho Tutelar vai até elas. Há uma omissão total do Estado na recuperação do infrator indígena e cerca de 1/3 da população de Amambai é indígena. Diante desta realidade, surgiu a ideia de lançar a "Justiça Restaurativa Indígena", a fim de se envolver toda a sociedade indígena, os afetados direta e indiretamente pelo crime/ato infracional para determinar a melhor forma de se reparar o dano causado pela transgressão e recuperar o jovem. O projeto foi implantado pela Coordenadoria da Infância e Juventude, sendo o Des. Joenildo de Sousa Chaves o principal incentivador da causa, responsável pela Justiça Restaurativa infanto-juvenil no Estado de MS. Espera-se com

isso efetivamente recuperar o adolescente infrator.

O sr. valoriza muito a família, a educação e isso é percebido nas palestras que profere nas escolas. Por que decidiu atuar com jovens desta faixa etária ? É possível ver os resultados ?

TANAKA - Cada vez mais os valores familiares estão se perdendo. Os pais nem sequer possuem tempo para se dedicar aos filhos. Ou, o que é pior, não se preocupam com sua educação. Relegam os filhos, deixando-os sob a responsabilidade do professor, da babá ou do juiz. Falta aos pais mostrar mais amor, educar sem ser subserviente, ter coragem de enfrentar o filho dizendo-lhe "não", posicionar-se sobre o que é o certo e o que é errado a fim de conduzir a criança e o adolescente pelo caminho correto. Atuando na Infância e Juventude em Amambai, as palestras têm se voltado não só aos alunos mas também aos pais. Os resultados não surgem de um dia para o outro, porém já é possível notar mudança comportamental de alguns.

O Jornal AMAMSUL abre espaço para as palavras finais

TANAKA - Gostaria de me colocar a inteira disposição para compartilhar meus erros e acertos. Tenho muito orgulho de pertencer ao TJMS, composto de magistrados comprometidos, trabalhadores e honestos. Parabenizo cada um da Diretoria da AMAMSUL pelo excelente trabalho institucional, em especial ao juiz Olivar, cuja atuação unificou toda a classe sul-mato-grossense. E agradeço a Deus por estar cercado de pessoas tão especiais.

Lançamento da Justiça Restaurativa Indígena em Amamabai foi um sucesso

Lançamento - Com postura inovadora, no dia 30 de novembro de 2011, na Câmara Municipal de Amambai, o juiz Thiago Nagasawa Tanaka lançou o projeto Justiça Restaurativa Indígena. A proposta é inédita em todo o país.

Após a solenidade, uma equipe da coordenadoria começou o treinamento daqueles que atuarão diretamento no projeto. "Começaremos a trabalhar imediatamente, com a capacitação de agentes de saúde, professores indígenas, enfim, pessoas que moram e trabalham nas aldeias e vivenciam no dia a dia os problemas gerados pelo consumo de álcool e de drogas pelos adolescentes indígenas", explicou.

Os círculos da Justiça Restaurativa serão nas aldeias, preservando assim a cultura indígena, e a assistente social da comarca acompanhará os trabalhos.

Antes do lançamento, o juiz reuniu-se com lideranças das aldeias Amambai, Limão Verde, Jaguary e Taquapery, para uma pré-apresentação do projeto, que visa reparar danos e recuperar, com o envolvimento da comunidade, jovens autores de atos infracionais, permitindo o convívio em sociedade. Thiago estenderá a proposta para a aldeia Taquapery, em Coronel Sapucaia.

"Muitas pessoas nos procuraram para participar do projeto. São pessoas interessadas e preocupadas com os jovens. Teremos 15 pessoas atuando nas três aldeias, das quais já temos um panorama sobre as razões que levam os jovens a praticar os atos infracionais. O maior problema é a incidência do álcool, embora a droga esteja presente nas aldeias, onde já existe até boca de fumo", acrescentou.

Ministra lamenta morte de juiz de MS

Juiz Danilo Burin ficou conhecido nacionalmente por seu comprometimento em favor das medidas socioeducativas

A Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos e presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) emitiu nota pública, no dia 18 de janeiro, para apontar a atuação do juiz Danilo Burin, membro da magistratura de MS, que faleceu no dia 14 de janeiro.

No texto, a misitra ressalta que Burin deixou sua marca em âmbito nacional pela trajetória do trabalho comprometido em favor das medidas socioeducativas e pela crença na inserção social positiva dos adolescentes envolvidos na prática de ato infracional.

"O empenho do Dr. Danilo para a implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) marcou sua participação ativa como integrante pioneiro do Fórum Nacional de Justiça Juvenil (FONAJUV) e, em período mais recente atuou também para que os trabalhos da Justiça Restaurativa começassem a ser desenvolvidos no Estado do Matro Grosso do Sul. Temos certeza da perda e da falta que representará para a Justiça da Infância e para o Sistema Socioeducativo, mas seu exemplo nos servirá de estímulo na luta que iniciamos para dar efetividade à Lei do Sinase".

Trajetória - Danilo Burin era de Sobradinho (RS) e ingressou na magistratura de MS em 1988. No ano seguinte, foi promovido para 1ª entrância na Comarca de Nioaque. Em 1995 foi promovido para atuar na 2ª entrância e assumiu na Comarca de Naviraí. Em 2002, foi promovido para juiz de entrância especial e tornou-se titular da Vara da Infância e Juventude da Capital. Aposentou-se em julho de 2011. Era associado da AMAMSUL e tesoureiro da ABRAMINJ, na gestão 2009/2011.

GESTÃO DE FROTAS, BLINDAGEM E RASTREAMENTO.

GRUPO RENTAL. HÁ 20 ANOS O NOSSO FORTE É OFERECER TRANQUILIDADE.

Locação, terceirização e gestão de frotas

Aquisição de veículos até a gestão de frota, passando por todo ciclo de vida até sua venda. Assessoria na manutenção, revisões de rotina, programação de horários para utilização; substituição de veículo com problemas; controle de rotas, vehiculado o combustível; relatórios custo X Km rodado e todos os cuidados para deixar seus veículos sempre funcionando com o máximo de economia e aproveitamento.

Blindagem, locação de veículos blindados e assistência técnica especializada

Autolife, uma das mais conceituadas blindadoras do mercado. Única do país com certificados cinco estrelas Gesvi/Acrablin e ISO 9001. Garantia de segurança e qualidade nas blindagens, com assistência técnica em Campo Grande.

Rastreamento de veículos e motos

Equipamentos de última geração nas reiam seu veículo ou moto, garantindo a segurança de sua família, patrimônio e colaboradores.

www.gruporental.com.br

Avenida Afonso Pena, 3404 | Campo Grande MS | ☎ 3324 0160

GRUPO RENTAL

Jantar e almoço encerram o ano para juízes de MS

Uma noite de gala e um almoço marcaram o final do ano de 2011 para os associados e seus familiares. Os magistrados reuniram-se em confraternização e desfrutaram os dois eventos com alegria na sede campo da entidade. No jantar estiveram mais de 420 pessoas e no almoço mais de 580. O salão foi pequeno para todos os magistrados e seus familiares. Essa foi mais uma demonstração do carinho que cada um tem pela AMAMSUL. Veja alguns *flashes*

Entrevista: Des. Athayde Nery de Freitas

Revivendo a história de uma entidade

O JORNAL AMAMSUL vem mostrando a história da criação da entidade, com entrevistas de personagens que marcaram sua criação. Importante lembrar que a Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul (AMAMSUL) foi criada em julho de 1978, quando 25 juízes se reuniram em Coxim, alguns meses após a divisão de Mato Grosso.

O desembargador aposentado Athayde Nery de Freitas, peça importante tanto na criação da AMAM (Associação do Mato Grosso – antes da divisão do Estado em MT e MS) como na criação da AMAMSUL, é o entrevistado desta edição.

Ele aponta o início e a trajetória de uma das mais respeitadas associações da magistratura do país: a AMAMSUL. E não é só isso: já fez parte da administração da entidade na vice e na presidência. Na entrevista relembra particularidades importantes da história da classe.

Quem conhece Athayde sabe que antes de ser juiz, ele foi vereador em Corumbá. Foi nomeado juiz substituto no dia 30 de dezembro de 1966. Naquela época não existia concurso. Judicou três meses em Cáceres e, em setembro de 1967, tornou-se juiz em Corumbá.

O Des. Leão Neto do Carmo era presidente do TJMT e foi o responsável pelo primeiro concurso para a magistratura. Havia 36 candidatos, mas somente 18 foram aprovados e o Des. Athayde estava entre eles.

Concursado, atuou nas comarcas de Bela Vista, Ponta Porã e, em 1970, passou a judicar em Campo Grande. Formado pela Universidade São Francisco, Athayde Nery de Freitas é um contador de histórias, uma fonte de conhecimento para quem deseja aprender mais sobre o começo do Estado e da magistratura de MS.

Evento foi muito prestigiado, já que 43 dos 50 magistrados do Estado compareceram

Ele foi o autor do estatuto da entidade, quando ainda era AMAM.

Início - Em 1968, os então juízes Athayde Nery de Freitas e Alceu Soares Aguiar se dispuseram a montar um estatuto para a associação que seria fundada pouco depois em Cuiabá. Do sul do Estado foram para a Capital para fundar a entidade, além da Athayde, os colegas Benito Tiese, Jesus de Oliveira Sobrinho e Milton Malulei, quando Oscar Ribeiro Travassos foi eleito o primeiro presidente. O estatuto foi votado e aprovado.

Athayde (esq.) foi vereador antes de se tornar magistrado

O sucessor foi o então Des. Domingos Sávio Brandão de Lima, que também foi quem trouxe o curso de Direito para Campo Grande a ser ministrado por professores de São Paulo, e um deles foi Sidnei Sanches, que se tornou ministro do Supremo Tribunal Federal.

Recorda-se que um dos atos associativos mais marcantes se deu em 1972, quando o Des. Milton Armando Pompeu de Barros convocou uma reunião com todos os juízes do sul de Mato Grosso e Athayde, que judicava na região, propôs a realização de um congresso de magistrados. Entendia necessário o evento pois, já que a comunicação era muito difícil, com a reunião seria menos complicado demonstrar a atuação de cada juiz. O congresso foi um sucesso, tanto que, do 50 juízes que havia no Estado, 43 participaram.

Como organizador, um dois maiores problemas que enfrentou foi de verba. O governador de Mato Grosso na época era José Manuel Fontanillas Fragelli, corumbaense erradicado em Aquidauana que, anos mais tarde, ocupou o cargo de Presidente da República. “Ele estava hospedado na região central de Campo Grande e recebeu-me muito bem. Pedi 50 milhões, acreditando que ele baixaria para 10 ou 20 milhões e ele nos ajudou com 35 milhões de cruzeiros, que foi o suficiente para realizarmos um evento de excelência. Todos tiveram estadia e alimentação pagas”, conta.

Pouco antes da divisão do Estado e da divisão das associações, o presidente da AMAM era Milton Armando Pompeu de Barros e Athayde Nery de Freitas era o vice. Contudo,

Milton de Barros foi eleito presidente do TJMT e renunciou à presidência da AMAM, cargo assumido por Athayde, que comandou a instituição até a divisão entre o norte e o sul, estabelecendo-se no recém criado MS.

Em 1978, os juízes criaram a AMAMSUL. Nova eleição e Rêmolo Letteriello tornou-se o presidente. Foi elaborado novo estatuto. Athayde Nery de Freitas foi o responsável pela divisão financeira da AMAM para a AMAMSUL, transferindo a parte da arrecadação que cabia ao sul.

Letteriello construiu o que hoje é a sede campo da entidade. Athayde foi vice-presidente da AMAMSUL, na gestão do Des. Leão Neto do Carmo, biênio 1981/1982.

"Naquela época, a associação não interferia muito na vida dos magistrados. Isso veio com a gestão de José Rizkallah, quando se proporcionou um pouco mais de assistência ao associado. O DAMEH foi a primeira conquista de Mato Grosso do Sul e surgiu depois que soubemos que a iniciativa deu certo em Goiânia, onde a associação já era antiga e um juiz de lá nos visitou, mostrando esta e outras conquistas naquele Estado", relembra.

Como ingressou na magistratura em 1967, o Des. Athayde fez parte de muitas administrações da associação, seja como integrante da diretoria seja como associado.

Ele vivenciou muitas dificuldades na judicatura, quando não havia computadores nem assessores como gosta de ressaltar: "O juiz utilizava a máquina Olivetti e não cuidava apenas dos processo: ele resolvia tudo. Talvez, por este motivo, granjeasse tanto prestígio".

Quando o Fórum era na Rua 26 de Agosto, Athayde era o Diretor e foi o responsável pela aquisição do primeiro carro; com dinheiro pessoal comprou um fogão e doou para ser utilizado para fazer o café servido no local.

"Em 1980, quando eu já era desembargador, aluguei um local para colocar minha biblioteca particular, que chegou a ter 12 mil livros. Hoje, o Tribunal de Justiça tem um acervo extraordinário; juízes e desembargadores tem seus assessores e um gabinete bem equipado com computadores para trabalhar. Naquele tempo, não tivemos oportunidade de usufruir dessas facilidades", lembra.

Ele reconhece também que os magistrados, apesar das tecnologias que dispõem, estão trabalhando muito. "Em suas decisões, os magistrados não apontam apenas seu entendimento, mas precisam fundamentar tanto na jurisprudência como na doutrina a razão de ter este ou aquele posicionamento, o que representa muito trabalho".

Para o Des. Athayde, não existe a menor possibilidade de as associações deixarem de existir ou terem seu papel minimizados. E mais: ele defende o posicionamento no qual atualmente não é possível o presidente da entidade acumular suas funções com a judicante.

"A função da associação aumentou em muito o trabalho da presidência. Veja a atual administração da nossa entidade, por exemplo, que conseguiu afastar-se da judicatura para defender os interesses dos magistrados. É indiscutível que os que ocupam essa posição devem ter liberdade para propor soluções, contestar decisões, enfim, liberdade e mobilidade. E deve ser assim porque as associações, daqui por diante, terão cada vez mais importância. Enquanto houver a associação, o juiz não precisará lutar sozinho porque a entidade agirá em seu nome", concluiu.

"O presidente de uma associação deve se distanciar de suas funções no exercício da judicatura para ter mais liberdade de ação em defesa dos interesses da classe"

No início, os magistrados não dispunham das facilidades atuais nem de assessores

Athayde(dir): desde o início na AMAMSUL

Excesso de processos é principal problema na comarca de Coxim

Juíza aponta dificuldades em uma das maiores comarcas da região Norte do território sul-mato-grossense

Ela judica em Coxim, principal cidade da região Norte do Estado, desde de 2006 e sempre atuou na 2ª Vara daquela comarca. A juíza Helena Alice Machado Coelho aponta o Juizado Especial Adjunto (JEA) como maior problema enfrentado atualmente na comarca.

"No JEA temos muitos processos, aproximadamente quatro mil, e o fato de a comarca ter ficado, por um bom tempo com apenas um juiz, em razão do falecimento do colega Fauze Dualibi. Além disso, em razão do número de habitantes da comarca, que se aproxima dos 36.000, e também por haver outro município que faz parte da comarca, que é Alcinópolis, o volume de distribuição de processos é muito alto e demandaria a instalação da 3ª Vara, já criada há vários anos".

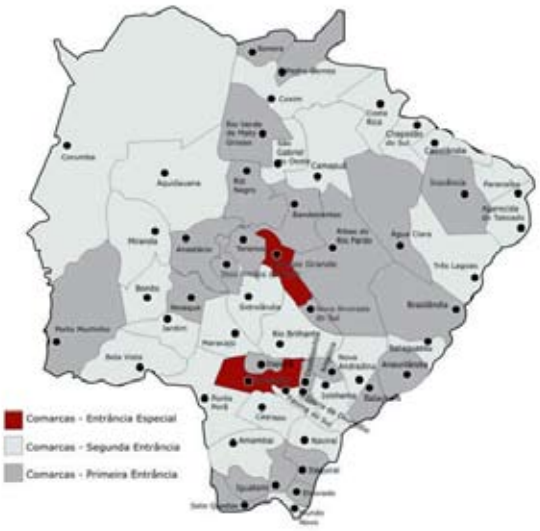
De acordo com a juíza, são inúmeras dificuldades, porém ela destaca a elevada distribuição de feitos - uma das mais altas do Estado. "Com a falta de servidores, o cartório da 1ª vara já chegou a funcionar com apenas um escrivão e uma escrevente por vários meses. O prédio do fórum é muito antigo e a infraestrutura é precária, pois sequer possui a acessibilidade necessária. Há ainda a falta de espaço, problemas elétricos e hidráulicos e, principalmente, de segurança".

Por ser cidade turística, Coxim tem muita prostituição. Seria este um dos motivos que resultam em mais demanda para a justiça? Para a juíza, o fator não é o principal ponto.

"Nos dias de hoje, a questão da prostituição pouco influencia em nosso trabalho. Eventualmente há processos envolvendo a matéria, como as ações criminais por corrupção de menores ou manutenção de casa de prostituição, por exemplo, mas nada muito significativo", explica.

Outra questão importante: o rio Taquari, que atravessa a cidade, é utilizado como corredor para tráfico de drogas, mas segundo Helena, tráfico não é o único crime cometido. Praticam-se também crimes ambientais, porém, esse fato ocorre em outras comarcas e deve-se à falta de estrutura do Estado para fiscalizar tais atividades.

A juíza Helena atua na área da infância e juventude e o fato de existir muita prostituição na região não chega a ser fator complicador.



"Diria que o àlcool e as drogas desencadeiam mais problemas do que o prostituição em si, já que, não raro, as agressões e violências sofridas por crianças e adolescentes decorrem do uso de drogas - lícitas ou não - pelos agressores".

Sobre os outros problemas que assolam a região, a juíza é otimista, pois acredita que as questões são comuns a todas as regiões do Estado. "Mas um agravante é o fato de a região norte não ser tratada como prioridade pelos governantes. O Hospital Regional, em Coxim, por exemplo, recentemente foi inaugurado, mas funciona com muitas deficiências", argumenta.

Apesar da realidade deficitária, existe perspectiva de melhora. Os dois juízes de Coxim desenvolvem projetos importantes. O primeiro, da Vara da Infância e Juventude, que junto com o Grupo de Apoio à Adoçao Manjedoura (GAAM), realiza um excelente trabalho de prevenção ao abandono infantil, de assistência e orientação às mães que desejam dar o filho em adoção, bem como o auxílio às crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente ou que se encontram reintegrados à fámília de origem, ou ainda em processo de adoção, entre outras atividades.

O segundo é da 1ª Vara, idealizado pelo juiz Claudio Muller Pareja, que realizou um convênio com a Prefeitura para alocar presos que estejam em regime aberto e semiaberto para trabalhar na limpeza pública, com pagamento de remuneração e de encargos previdenciários por parte da Prefeitura.

Com esse raio-x da realidade da região norte, Helena acrescenta que a criação do cargo de assessor para os juízes de primeira e segunda instâncias ajudaria, em muito, o exercício da profissão, notadamente em tempos que se exige rapidez nos julgamentos.

"Ao mesmo tempo, existem várias atividades administrativas que tomam tempo, como penhoras pelo sistema Bacen-Jud, bloqueios pelo sistema RENAJUD, visita aos estabelecimentos penais e a instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, antes denominados abrigos. Temos o preenchimento de relatórios, alimentação do Cadastro Nacional de Adoção, entre outros. Porém, ainda que criado o cargo, o fato é que a nossa comarca depende da instalação da 3ª Vara, pois as comarcas do Estado com o mesmo número de habitantes são dotadas de três Varas ou mais, à exceção de Coxim", conclui.

Magistrados de MS presentes em congresso da Abraminj

Juízes de MS durante a assembleia da Abraminj

Mais uma vez os integrantes da magistratura sul-mato-grossense mostraram força e representaram o Estado no XXIII Congresso Brasileiro dos Magistrados da Infância e Juventude (Abraminj), realizado em Brasília, nos dias 20 e 21 de janeiro, no Naoum Plaza Hotel.

Do total de participantes, mais de 30% atuam em Mato Grosso do Sul e deixaram clara sua preocupação com jovens e adolescentes. A Presidência e a organização do evento ficou sob a responsabilidade do Des. Joenildo de Souza Chaves.

No encerramento foi realizada assembleia e votação para composição de nova diretoria e Mato Grosso do Sul continuará atuando de forma decisiva: na 2ª vice-presidência está Katy Braun do Prado e como suplentes do Conselho Fiscal estão Luiz Felipe Medeiros Vieira e Thiago Nagasawa Tanaka. Como membro da Comissão Técnico-Científica está Maria Isabel de Matos Rocha, que foi secretária no biênio anterior.

Do Conselho Deliberativo faz parte o Des. Joenildo de Sousa Chaves, que respondeu pela presidência a Abraminj nos anos de 2009, 2010 e 2011. Como membros eleitos estão Jacqueline Machado e Paulo César Pereira da Silva.

Estão como membros suplentes do Conselho Deliberativo Samantha Ferreira Barone, Vinicius Pedrosa Santos, Fernando Chemin Cury, Fernando Moreira Freitas da Silva, Anderson Royer, Alessandro Leite Pereira, Alysson Kneipp Duque, Giuliano Máximo Martins, Mário José Esbalqueiro Jr., Luiza Vieira Sá de Figueiredo. O coordenador estadual será Roberto Ferreira Filho.

Questionados sobre o evento, os juízes foram unânimes em dizer que os congressos deveriam ser realizados com mais frequência em razão da qualidade dos palestrantes e conferencistas e da troca de experiências com juízes de todo o país.

"São experiências como esta que nos possibilitam acreditar que é possível fazer mais pelos nossos jovens e ser parte da Abraminj nos dá suporte para implantar projetos desafiadores. Neste último evento pude apreciar o desenvolvimento de ideias que se tornaram trabalhos vitoriosos e conversar com os juízes que os implantaram", disse o juiz Alessandro Leite Pereira, da comarca de Bataguassu.

Magistrados fazem curso de sobrevivência urbana

No dia 2 de dezembro, em conjunto com a Associação dos Delegados de Polícia (ADEPOL), a AMAMSUL propiciou um curso sobre Sobrevivência Urbana para magistrados, delegados de polícia, promotores públicos.

O curso foi ministrado pelo Cel. Charles Saba, policial americano, comandante da US Police Instructor Teams, e sua equipe que estiveram no Brasil e concordaram em atender os profissionais de MS.

Com 20 anos de experiência na criação e implementação de treinamento policial, Saba capacita mais de mil profissionais por ano entre membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal, das Forças Armadas, das Polícias Civil e Militar, além de policiais rodoviários, bombeiros e guardas municipais.

O evento foi recomendado pelos associados que participaram do curso Fundamentos Básicos de Inteligência e Contrainteligência, da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMS, realizado em outubro, novembro e dezembro, em parceria com o Departamento de Inteligência Policial (DIP) e da Secretaria de Segurança Pública.

ASSOCIADO AMAMSUL:

VEM AÍ CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA VOCÊ, ASSOCIADO, PERSONALIZAR SEUS AMBIENTES COM UMA GRIFE DE MÓVEIS PLANEJADOS NA TODESCHINI AFONSO PENA. AGUARDE!

CASACOR

Av. Afonso Pena 3776 • Centro • (67) 3312-8200
Campo Grande/MS

Todeschini